

2/2012

AGOSTO - MENSAL

ISSN 2182-6331

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS



| Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças
Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2012

CAPA: Pormenores da azulejaria Palácio do Governo, © DROC, 2012

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: Agosto de 2012

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico configurado para leitura OCR.

**Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 |
Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt**

Índice

APRESENTAÇÃO	5
1. SÍNTESE GLOBAL	6
2. SUBSETOR DO GOVERNO REGIONAL	
2.1. Síntese	7
2.2. Receita	9
2.3. Despesa	11
3. SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS e EPR	
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas	16
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR	16
4. DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	22
5. CONCEITOS APLICADOS	24

Apresentação

O Boletim de Execução Orçamental é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo a esfera dos serviços integrados do Governo Regional (GR), assim como a situação relativa aos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e às Empresas Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a que ora se apresenta reporta-se ao mês de Julho de 2012.

I. Síntese global

- ♦ O saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da Administração Pública Regional é deficitário em 115,2 milhões de euros. O saldo primário ascende a -70,3 milhões de euros. O saldo de capital apresenta-se positivo em 8,5 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 664,9 milhões de euros e a uma despesa primária de 620 milhões de euros.

O QUADRO seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de janeiro a julho, de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (jan-jul)

€ Milhares

	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	453.609,6	233.444,1	18.171,0	491.357,7
Impostos diretos	111.124,1	936,1	0,0	112.060,2
Impostos indiretos	207.862,3	130,9	0,0	207.993,2
Contribuições de Segurança Social	3.026,2	0,0	0,0	3.026,2
Outras receitas correntes	131.596,9	232.377,2	18.171,0	168.278,2
Transferências correntes	113.397,9	225.376,1	338,4	125.245,5
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	112.879,7	2.175,0	336,1	115.390,8
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	213.866,9	0,0	0,0
Receita de capital	37.890,1	18.784,6	2.726,9	58.314,7
Venda de bens de investimento	142,2	0,0	0,0	142,2
Transferências capital	37.367,7	18.746,9	2.723,4	57.751,0
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	29.327,0	1.288,0	0,0	30.614,9
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	0,0	1.086,9	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita efetiva	491.499,7	252.228,7	20.897,9	549.672,4
Despesa corrente	578.925,8	226.674,9	23.300,4	615.034,3
Consumo público	295.515,7	76.852,3	10.213,2	382.581,2
Despesas com o pessoal	174.184,5	17.149,5	5.247,0	196.581,0
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	121.331,1	59.702,8	4.966,3	186.000,2
Subsídios	6.717,0	3.015,9	0,0	9.732,9
Juros e outros encargos	31.877,3	4.148,3	8.857,0	44.882,6
Transferências correntes	244.815,9	142.658,5	4.230,2	177.837,6
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	0,0	199,2	0,0	199,2
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	213.866,9	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	29.049,0	15.449,5	6.427,8	49.839,3
Investimento	18.126,4	893,4	6.411,3	25.431,1
Transferências de capital	10.922,5	14.556,1	16,5	24.408,2
(das quais: transferências de outros subsetores das AP)	3.795,0	246,1	0,0	4.041,1
(das quais: transf. de Subsetores da APR)	1.086,9	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	607.974,8	242.124,4	29.728,2	664.873,5
Saldo global	-116.475,1	10.104,3	-8.830,3	-115.201,1
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-125.316,3	6.769,2	-5.129,5	-123.676,5
Despesa corrente primária	547.048,5	222.526,6	14.443,4	570.151,7
Saldo corrente primário	-93.439,0	10.917,5	3.727,5	-78.794,0
Saldo de capital	8.841,2	3.335,1	-3.700,8	8.475,4
Despesa primária	576.097,5	237.976,1	20.871,2	619.991,0
Saldo primário	-84.597,8	14.252,6	26,7	-70.318,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsetores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

2. Subsetor do Governo Regional

2.1. Síntese

- ♦ O saldo global dos primeiros sete meses de 2012 do subsetor do Governo Regional – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -116,5 milhões de euros, o que representa um agravamento de 87,7 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior. A variação homóloga resulta da conjugação do comportamento da receita, que variou -14,2%, com o desempenho da despesa, que registou um acréscimo de 1%, resultante da execução das rubricas “Aquisição de bens e serviços” (+80,5%), a que se associa o pagamento de encargos com as SCUTS; “Juros e outros encargos” (+38,6%) e “Transferências correntes” (+16,1%), conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro a julho)		€ Milhares		
	2011	2012	VH (%)	
Receita corrente	542.345,9	453.609,6	-16,4	
Receitas fiscais	325.743,1	318.986,4	-2,1	
Impostos diretos	108.902,7	111.124,1	2,0	
Impostos indiretos	216.840,5	207.862,3	-4,1	
Outras receitas correntes	216.602,7	134.623,1	-37,8	
Receita de capital	30.644,6	37.890,1	23,6	
Receita efetiva	572.990,5	491.499,7	-14,2	
Despesa corrente	519.805,2	578.925,8	11,4	
Despesas com o pessoal	204.238,8	174.184,5	-14,7	
Aquisição de bens e serviços	60.574,8	109.356,5	80,5	
Juros e outros encargos	22.995,0	31.877,3	38,6	
Transferências correntes	210.833,0	244.815,9	16,1	
Administrações Públicas	177.913,6	214.397,4	20,5	
Outras	32.919,3	30.418,5	-7,6	
Subsídios	10.335,7	6.717,0	-35,0	
Outras despesas correntes	10.828,0	11.974,6	10,6	
Despesa de capital	81.991,4	29.049,0	-64,6	
Investimento	67.424,7	18.126,4	-73,1	
Transferências de capital	14.566,7	10.922,5	-25,0	
Administrações Públicas	10.565,1	4.793,5	-54,6	
Outras	4.001,6	6.129,1	53,2	
Outras despesas de capital				
Despesa efetiva	601.796,6	607.974,8	1,0	
Saldo global	-28.806,2	-116.475,1	-304,3	
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	22.540,6	-125.316,3	-656,0	
Saldo de capital	-51.346,8	8.841,2	117,2	
Saldo primário	-5.811,1	-84.597,8	-1.355,8	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	4.160,0	201.903,8	4.753,5	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ O saldo primário foi de aproximadamente -84,6 milhões de euros, o que representa um agravamento de 78,8 milhões de euros relativamente ao ano de 2011;
- ◆ Verifica-se uma melhoria significativa do saldo de capital (+60,2 milhões de euros);
- ◆ A receita efetiva diminuiu 14,2%, relativamente ao ano anterior, ao passo que a despesa efetiva registou um acréscimo de 1,0%.
- ◆ A variação do défice reflete precisamente as trajetórias opostas descritas pela receita e pela despesa, face ao observado no período homólogo de 2011. Enquanto a receita efetiva diminuiu 81,5 milhões de euros para o período considerado, a despesa efetiva aumentou 6,2 milhões de euros, contribuindo, deste modo, para a formação de um saldo corrente negativo (-125,3 milhões de euros), que contrasta com um saldo de capital positivo (de 8,8 milhões de euros).

O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental acumulada até julho do subsector do Governo Regional, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro a julho)			€ Milhares
	2011	2012	VH (%)
Receita corrente	542.345,9	453.609,6	-16,4
Receitas fiscais	325.743,1	318.986,4	-2,1
Outras receitas correntes	216.602,7	134.623,1	-37,8
Receita de capital	30.644,6	37.890,1	23,6
Receita efetiva	572.990,5	491.499,7	-14,2
Despesa corrente	519.805,2	578.925,8	11,4
Despesas com o pessoal	204.238,8	174.184,5	-14,7
Juros e outros encargos	22.995,0	31.877,3	38,6
Despesa de capital	81.991,4	29.049,0	-64,6
Investimento	67.424,7	18.126,4	-73,1
Transferências de capital	14.566,7	10.922,5	-25,0
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	601.796,6	607.974,8	1,0
Saldo global	-28.806,2	-116.475,1	-304,3
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	22.540,6	-125.316,3	-656,0
Saldo de capital	-51.346,8	8.841,2	117,2
Saldo primário	-5.811,1	-84.597,8	-1.355,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

2.2. Receita

- ♦ A receita efetiva do Governo Regional diminuiu 14,2% em 2012, motivada pela redução da componente de receita corrente, designadamente por via da diminuição das transferências correntes, explicada pela menor dotação orçamental no âmbito da Lei de Finanças Regionais e por uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios (de transferência corrente para transferência de capital), a que acrescem dois fatores de caráter pontual, designadamente a antecipação de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais relativas ao 4.º trimestre de 2011 – com efeitos em julho desse ano e à retenção das transferências do Estado para a Região Autónoma da Madeira, a coberto do disposto no artigo 106.º da LOE 2012, alicerçado no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, e na redação dada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho.
- ♦ De janeiro a julho de 2012, a receita fiscal fixou-se em 319 milhões de euros, refletindo uma quebra de 2,1% face ao evidenciado entre janeiro e julho do ano anterior. Não obstante a evolução positiva registada ao nível dos impostos diretos (2,0%), mormente os dirigidos aos rendimentos singulares (1,6%) e coletivos (3,1%), o relevo dos impostos indiretos na receita fiscal e a trajetória de quebra acentuada da componente, que atingiu - 4,1%, determinou o comportamento negativo da receita fiscal.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (jan-jul)

	€ Milhares		VH (%)
	2011	2012	
	Milhares de Euros		
Receita fiscal	325.743,1	318.986,4	-2,1
Impostos Diretos	108.902,7	111.124,1	2,0
IRS	71.889,7	73.006,7	1,6
IRC	36.981,7	38.112,5	3,1
Outros	31,3	5,0	-84,1
Impostos Indiretos	216.840,5	207.862,3	-4,1
ISP	31.196,8	28.407,5	-8,9
IVA	146.988,4	144.460,0	-1,7
ISV	5.640,8	2.148,4	-61,9
Imposto de consumo sobre o tabaco	14.244,0	11.911,5	-16,4
IABA	2.972,6	3.065,6	3,1
Outros	15.797,9	17.869,3	13,1
Imposto de Selo	13.821,3	16.318,1	18,1
IUC	1.210,3	1.357,7	12,2
Receita não fiscal	247.247,3	172.513,2	-30,2
Receita efetiva	572.990,5	491.499,7	-14,2

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A evolução dos impostos diretos de 2011 para 2012 ficou a dever-se a:

- ◆ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se uma variação positiva face ao ano de 2011, de 1,6%;
- ◆ Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – verifica-se uma variação de 3,1% face aos primeiros sete meses de 2011.

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – verifica-se uma diminuição de -1,7% na receita acumulada face ao ano de 2011. Esta evolução deriva do facto da Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que regula as transferências do IVA para as Regiões Autónomas, não ter sido ainda alterada, pelo que os recentes aumentos de taxas de imposto na RAM não se encontram refleti-

dos na execução até julho;

- ◆ Imposto sobre Veículos (ISV) – a receita acumulada registou um decréscimo de 61,9%, resultado da contração na venda de veículos;
- ◆ Imposto do Selo (IS) – a receita acumulada registou um aumento de 18,1%;
- ◆ Imposto sobre o Tabaco (IT) – a receita líquida acumulada decresceu 16,4% comparativamente a 2011;
- ◆ Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) – verifica-se uma quebra de -8,9% face ao ano transato, resultante da contração do consumo.

O QUADRO seguinte complementa o descrito anteriormente relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, para os anos de 2011 e 2012, compreendendo os meses de janeiro a julho:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (jan-julho)

	2011		2012	
	Milhares de Euros		Grau de Execução (%)	
Receita fiscal	325.743,1	318.986,4	40,7%	
Receita não fiscal	247.247,3	172.513,2	43,8%	
Correntes	216.602,7	134.623,1	54,7%	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.569,5	3.026,2	54,8%	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	12.125,0	12.165,9	43,3%	
Rendimentos da Propriedade	2.210,8	1.211,3	37,9%	
Transferências Correntes	195.000,0	113.397,9	55,8%	
Venda de Bens e Serviços Correntes	3.117,4	3.487,1	70,5%	
Outras Receitas Correntes	580,1	1.334,7	104,4%	
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%	
Capital	30.644,6	37.890,1	25,7%	
Venda de Bens de Investimento	39,8	142,2	106,9%	
Transferências de Capital	29.683,6	37.367,7	25,7%	
Outras Receitas de Capital	249,1	0,0	0,0%	
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	672,2	380,2	39,0%	
Receita efetiva	572.990,5	491.499,7	41,7%	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A receita não fiscal apresenta um decréscimo significativo, em grande medida influenciado pela diminuição das transferências correntes da Administração Pública de 81,6 milhões de euros. Especificamente, a evolução reflete uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios como transferência de capital, assim como a redução das transferências inerentes aos custos de insularidade e, conforme referido anteriormente, devido a dois fatores de índole pontual, nomeadamente a antecipação de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais relativas ao 4.º trimestre de 2011 – com efeitos em julho desse ano e à retenção das transferências do Estado para a Região Autónoma da Madeira, ao abrigo do disposto no artigo 106.º da LOE 2012, com suporte no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, e na redação dada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de Março, e 2/2010, de 16 de Junho;
- ◆ Para além das transferências correntes destaca-se, face ao período homólogo, o comportamento das receitas oriundas dos rendimentos de propriedade. O decréscimo nos resultados associados aos rendimentos da propriedade (-999,5 mil euros) encontra-se alicerçado numa significativa quebra dos dividendos verificada em 2012.
- ◆ Em contraponto, registou-se o aumento de transferências de capital (+7,7 milhões de euros), a que estará associada a circunstância das verbas subjacentes à Lei de Meios passar a estar classificada nas transferências desta natureza.
- ◆ As transferências correntes apresentam uma execução de 113,4 milhões de euros, traduzida na parte dos movimentos externos ao aparelho de arrecadação fiscal regional, dos quais se destacam as provenientes das Administrações Públicas que perfazem a quase totalidade (94,9%), sendo que as transferências desta natureza provenientes do Exterior, nomeadamente da União Europeia não ultrapassam os 518,3 mil euros. Assinale-se, ainda, as quebras das transferências recebidas do exterior de cerca de 39%.

2.3. Despesa

- ◆ A despesa efetiva do Governo Regional aumentou 1,0% em 2012, relativamente ao ano precedente, apresentando um grau de execução de 32,8%, menos 4,7 pontos percentuais (p.p.) face ao mesmo período do ano anterior. Por seu turno, o aumento da despesa corrente primária situou-se em 10,1%.

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (jan-jul)

€ milhares

	2011	2012	2011	2012	VH (%)
	Milhares de Euros		Grau de Execução (%)		2012
Despesa corrente	519.805,2	578.925,8	44,5	45,5	11,4
Despesas com o pessoal	204.238,8	174.184,5	55,1	55,4	-14,7
Remunerações Certas e Permanentes	169.772,6	148.793,6	55,8	56,4	-12,4
Abonos Variáveis ou Eventuais	8.207,8	1.451,6	67,2	31,8	-82,3
Segurança social	26.258,3	23.939,4	48,2	52,3	-8,8
Aquisição de bens e serviços correntes	60.574,8	109.356,5	28,2	53,7	80,5
Juros e outros encargos	22.995,0	31.877,3	45,6	28,2	38,6
Transferências correntes	210.833,0	244.815,9	47,3	47,8	16,1
Administrações Públicas	177.913,6	214.397,4	47,0	48,0	20,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	177.913,6	214.397,4	47,0	48,0	20,5
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	32.919,3	30.418,5	49,1	46,8	-7,6
Subsídios	10.335,7	6.717,0	27,0	30,5	-35,0
Outras despesas correntes	10.828,0	11.974,6	22,3	11,1	10,6
Despesa corrente primária	496.810,2	547.048,5	44,4	47,2	10,1
Despesa de capital	81.991,4	29.049,0	18,7	5,0	-64,6
Investimento	67.424,7	18.126,4	22,7	6,2	-73,1
Transferências de capital	14.566,7	10.922,5	11,8	10,2	-25,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	601.796,6	607.974,8	37,5	32,8	1,0
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	4.160,0	201.903,8	26,2	75,5	
Passivos financeiros	35.464,9	70.249,0	79,5	88,4	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do Governo Regional de 2011 para 2012 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos realizados no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF-RAM);
- ◆ Decréscimo da despesa com pessoal em 14,7%, em grande medida explicado pela diminuição das despesas em Abonos Variáveis e Eventuais (-82,3%) e em Remunerações Certas e Permanentes (-12,4%) – este último subagrupamento influenciado pelo suprimento dos subsídios de férias dos funcionários públicos nos termos do estabelecido na Lei do OE de 2012. Na mesma linha, as despesas da Segurança Social reduziram 2,3 milhões de euros;
- ◆ Aumento acentuado das despesas com a rubrica Aquisição de Bens e Serviços Correntes de 80,5% resultante, essencialmente, do pagamento de encargos com as SCUTS relativos a 2012, devidamente previstos no

- PAEF-RAM;
- ◆ Aumento da despesa com juros e outros encargos (+38,6%);
 - ◆ Acréscimo das transferências correntes (16,1%), motivadas, fundamentalmente, pelo incremento destinado ao pagamento de verbas em atraso nos setores da saúde e dos transportes e comunicações;
 - ◆ Decréscimo da despesa com subsídios (-35,0%), justificado pelo efeito de base associado à diminuição progressiva dos encargos com subsídios concedidos;
 - ◆ A diminuição das Outras Despesas Correntes (-10,6%);
 - ◆ Diminuição da despesa com a Aquisição de Bens de Capital (-73,1%).

O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (jan-jul)				€ milhares	
	2011	2012	2011	2012	
	Milhões de Euros		Estrutura (%)		
Funções Gerais de Soberania	33.176,4	42.966,2	5,5	7,1	
Serviços Gerais da Administração Pública	28.050,3	38.292,1	4,7	6,3	
Defesa Nacional	0,0	0,0	0,0	0,0	
Segurança e Ordem Públicas	5.126,1	4.674,0	0,9	0,8	
Funções Sociais	431.829,2	401.785,0	71,8	66,1	
Educação	199.757,3	175.079,0	33,2	28,8	
Saúde	149.489,2	186.121,9	24,8	30,6	
Segurança e Ação Sociais	0,0	0,0	0,0	0,0	
Habituação e Serviços Coletivos	56.750,3	28.057,8	9,4	4,6	
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	25.832,4	12.526,3	4,3	2,1	
Funções Económicas	113.796,6	131.348,4	18,9	21,6	
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	22.004,3	19.007,6	3,7	3,1	
Indústria e Energia	896,0	790,0	0,1	0,1	
Transportes e Comunicações	71.479,4	96.687,8	11,9	15,9	
Comércio e Turismo	14.685,6	8.728,6	2,4	1,4	
Outras Funções Económicas	4.731,3	6.134,4	0,8	1,0	
Outras Funções	22.994,4	31.875,3	3,8	5,2	
Operações da Dívida Pública	22.994,4	31.875,3	3,8	5,2	
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0	
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa Efetiva	601.796,6	607.974,8	100,0	100,0	
<i>Por memória:</i>					
Ativos financeiros	4.160,0	201.903,8	0,7	33,2	
Funções Gerais de Soberania	1.130,0	184.816,0	0,2	30,4	
Funções Sociais	175,0	1.894,9	0,0	0,3	
Funções Económicas	2.855,0	15.193,0	0,5	2,5	
Outras Funções	0,0	0,0	0,0	0,0	
Passivos financeiros	35.464,9	70.249,0	5,9	11,6	
Outras Funções	35.464,9	70.249,0	5,9	11,6	
Operações extraorçamentais	89.808,9	122.490,8	14,9	20,1	
Funções Gerais de Soberania	69.643,9	108.515,8	11,6	17,8	
Funções Sociais	12.028,9	11.900,8	2,0	2,0	
Funções Económicas	8.136,1	2.074,2	1,4	0,3	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ As despesas correntes em 2012 representam 95,2% do total da despesa efetiva, sendo que a despesa corrente primária corresponde a 90% da mesma. Comparativamente ao ano precedente, as despesas correntes corresponderam a 86,4% das despesas efetivas totais e as despesas correntes primárias a 82,6%;
 - ◆ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite constatar o relevo das Funções Sociais na execução da despesa, representando 66,1% do total, seguindo-se as Funções Económicas (21,6%), as Funções Gerais de Soberania (7,1%), e as Outras Funções (5,2%).
 - ◆ Nas funções sociais destacam-se as verbas destinadas à Educação (175,1 milhões de euros) e à Saúde (186,1 milhões de euros). As despesas com a Educação diminuíram cerca de -24,7 milhões de euros, enquanto que na Saúde o montante despendido revela-se superior ao ano precedente em 36,6 milhões de euros devido ao reforço das dotações orçamentais afetas a esta área social.
 - ◆ As despesas com as funções económicas aumentaram 15,4% face a igual período de 2011, representando um acréscimo de 17,6 milhões de euros em termos homólogos. Este aumento foi motivado, em grande medida, pela variação registada no setor dos Transportes e Comunicações (35,3%);
 - ◆ As funções gerais de soberania executaram 43,0 milhões de euros (+29,5%) com os Serviços Gerais da Administração Pública, que representam um acréscimo de 36,5% em termos de execução relativamente ao período homólogo, a fornecerem o principal fator explicativo para a evolução registada;
 - ◆ Em outras funções os 31,9 milhões de euros destinaram-se a operações da dívida pública - representando um acréscimo de 38,6% face aos meses de janeiro a julho de 2011.
 - ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior volume de execução foi a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais com 193,7 milhões de euros, motivado pelos pagamentos associados ao setor da Saúde. Segue-se a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos com 178,5 milhões de euros. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 639,5 mil euros, afeto na sua quase totalidade a despesas com o pessoal (517 mil euros) e a Assembleia Legislativa da Madeira registou uma execução acumulada de 8,1 milhões de euros;
 - ◆ Atenda-se que a estrutura departamental aqui apresentada resulta da nova estrutura orgânica decorrente do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/M de 14 de Novembro, que reestruturou os agrupamentos então designados por Secretaria Regional dos Recursos Humanos e Secretaria Regional do Equipamento Social.
- O QUADRO VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (jan-jul)

€ milhares

	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA MADEIRA	PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	VICE- PRESIDÊNCIA DO GOVERNO	PLANO E FINANÇAS	AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	CULTURA, TURISMO E TRANSPORTES	ASSUNTOS SOCIAIS	EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	TOTAL
Despesa corrente	8.096,1	639,5	19.273,3	139.393,8	23.522,7	16.428,5	193.334,8	178.237,1	578.925,8
Despesas com o pessoal	0,0	517,0	9.531,0	7.762,9	14.370,2	4.485,9	1.223,1	136.294,4	174.184,5
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	452,8	8.123,1	6.303,1	12.401,0	3.941,9	1.088,2	116.483,6	148.793,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	15,2	273,1	202,5	212,2	24,2	6,8	717,6	1.451,6
Segurança social	0,00	49,0	1.134,9	1.257,3	1.757,0	519,9	128,1	19.093,2	23.939,4
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	122,5	7.957,0	86.673,6	1.694,3	4.211,2	561,6	8.136,4	109.356,5
Aquisição de bens	0,00	29,6	475,4	150,1	372,5	1.286,3	2,4	2.508,4	4.824,8
Aquisição de serviços	0,00	92,9	7.481,5	86.523,5	1.321,7	2.924,9	559,2	5.628,0	104.531,7
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	31.875,3	0,0	0,0	0,0	2,0	31.877,3
Transferências correntes	8.096,1	0,0	1.459,5	1.484,3	6.254,4	2.177,3	191.550,1	33.794,2	244.815,9
Administrações Públicas	8.096,1	0,0	1.419,3	1.135,7	2.651,6	167,3	190.409,0	10.518,4	214.397,4
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	8.096,1	0,0	1.419,3	1.135,7	2.651,6	167,3	190.409,0	10.518,4	214.397,4
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	40,3	348,6	3.602,8	2.009,9	1.141,1	23.275,8	30.418,5
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	1.182,8	5.531,5	0,0	2,7	6.717,0
Outras despesas correntes	0,0	0,0	325,8	11.597,8	20,9	22,7	0,0	7,4	11.974,6
Despesa de capital	0,0	0,0	15.746,2	6.661,9	3.496,3	2.517,4	331,3	295,8	29.049,0
Investimento	0,0	0,0	15.126,7	2.277,5	678,3	17,4	0,0	26,5	18.126,4
Transferências de capital	0,0	0,0	619,5	4.384,4	2.818,0	2.500,0	331,3	269,3	10.922,5
Administrações Públicas	0,0	0,0	619,5	2.793,8	1.029,7	0,0	331,3	19,1	4.793,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.001,2	0,0	0,0	0,0	1.001,2
Administração Regional	0,0	0,0	619,5	0,0	28,6	0,0	331,3	19,1	998,5
Administração Local	0,0	0,0	0,0	2.793,8	0,0	0,0	0,0	0,0	2.793,8
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	0,0	1.590,6	1.788,3	2.500,0	0,0	250,1	6.129,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	8.096,1	639,5	35.019,6	146.055,7	27.019,0	18.946,0	193.666,1	178.532,9	607.974,8
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	15.193,0	184.816,0		0,0	0,0	1.894,9	201.903,8
Passivos financeiros		0,0	0,0	70.249,0		0,0	0,0	0,0	70.249,0
Operações extraorçamentais	22,1	0,0	332,4	107.688,1		926,6	40,8	1.915,9	122.490,8

Fonte: Secretária Regional do Plano e Finanças

3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ Em 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR (Entidades Públicas Reclassificadas) foram integradas e equiparadas a Serviços e Fundos Autónomos, para efeitos de controlo orçamental.
- ◆ O saldo global da execução financeira das Empresas Públicas Reclassificadas, considerando os primeiros sete meses de 2012, situou-se em -8,8 milhões de euros, resultante de despesas com pessoal (5,2 milhões de euros) e de Juros e outros encargos (8,9 milhões de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 23,3 milhões de euros. As receitas correntes atingiram os 18,2 milhões de euros.
- ◆ Verifica-se uma melhoria de 3,4 milhões de euros face ao registado entre janeiro e junho, conforme revela o QUADRO seguinte:

	Junho	Julho
Empresas Públicas Reclassificadas	-12.275,3	-8.830,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

- ◆ Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente de 10,1 milhões de euros. Este resultado é justificado, sobretudo, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), as quais tiveram um impacto de 91,6% nas receitas correntes. Nas receitas de capital – não considerando o saldo da gerência anterior – as transferências da APR constituem um peso menor na totalidade executada, com 5,8%. Na componente da despesa, para além das transferências, a aquisição de bens e serviços correntes e as despesas com o pessoal tiveram um peso significativo na estrutura da despesa efetiva.
- O QUADRO X reflete os saldos em diferentes óticas dos Serviços e Fundos Autónomos:

QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (jan-jul)

€ milhares

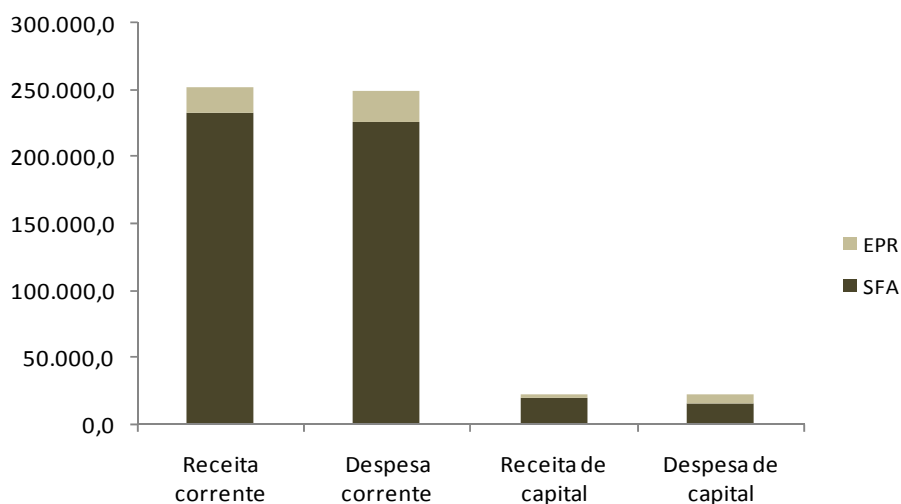
	SFA	EPR	TOTAL
	Milhares de Euros		
Saldo global	10.104,3	-8.830,3	1.274,0
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	237.976,1	20.871,2	258.847,3
Saldo primário	14.252,6	26,7	14.279,3
Saldo corrente	6.769,2	-5.129,5	1.639,7
Saldo de capital	3.335,1	-3.700,8	-365,8
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	332,0	0,0	332,0
<i>das quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	187.060,1	187.060,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ O saldo global (SFA+EPR), considerando os primeiros sete meses de 2012, totalizou 1,3 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelos SFA, que atingiu os 10,1 milhões de euros, o qual se manifestou suficiente para cobrir o saldo negativo registado pelas EPR (-8,8 milhões de euros). Os saldos

corrente e de capital ascenderam, respetivamente, a 1,6 milhões de euros e a -365,8 milhares de euros. A despesa primária fixou-se nos 258,8 milhões de euros, perfazendo um saldo primário de 14,3 milhões de euros.

Gráfico I - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (jan-jun)



Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (jan-jul)			€ milhares
	SFA	EPR	TOTAL
	Milhares de Euros		
Receita corrente	233.444,1	18.171,0	251.615,1
Impostos diretos	936,1	0,0	936,1
Impostos indiretos	130,9	0,0	130,9
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.534,1	3,1	3.537,2
Transferências Correntes	225.376,1	338,4	225.714,5
União Europeia	9.250,3	2,3	9.252,6
Outras transferências	216.125,9	336,1	216.461,9
Venda de bens e serviços correntes	2.620,1	2.256,8	4.876,9
Outras Receitas Correntes	846,9	15.572,7	16.419,5
Receita de capital	18.784,6	2.726,9	21.511,5
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	18.746,9	2.723,4	21.470,3
União Europeia	16.372,0	2.723,4	19.095,4
Outras transferências	2.374,9	0,0	2.374,9
Outras Receitas de Capital	11,8	3,5	15,3
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	26,0	0,0	26,0
Saldo da Gerência Anterior	24.280,4	5.296,7	29.577,1
Receita efetiva	252.228,7	20.897,9	273.126,6
Despesa corrente	226.674,9	23.300,4	249.975,3
Despesas com o pessoal	17.149,5	5.247,0	22.396,4
Aquisição de bens e serviços	59.518,4	3.331,8	62.850,2
Juros e outros encargos	4.148,3	8.857,0	13.005,3
Transferências correntes	142.658,5	4.230,2	146.888,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	199,2	0,0	199,2
Outras transferências	142.459,3	4.230,2	146.689,5
Subsídios	3.015,9	0,0	3.015,9
Outras despesas correntes	184,4	1.634,5	1.818,9
Despesa de capital	15.449,5	6.427,8	21.877,3
Investimento	893,4	6.411,3	7.304,6
Transferências de capital	14.556,1	16,5	14.572,6
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	242.124,4	29.728,2	271.852,6
Ativos financeiros	2.017,0	0,0	2.017,0
Passivos financeiros	0,0	176.210,0	176.210,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Operações extraorçamentais	96.831,4	2.163,7	98.995,1
Saldo global	10.104,3	-8.830,3	1.274,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ Em termos de execução mensal, constata-se que o saldo global do mês de julho, dos SFA e das EPR, ascende a 3,2 milhões de euros, tendo o saldo corrente atingido 2 milhões de euros e o de capital 1,2 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 34,9 milhões de euros e o saldo primário nos 4,3 milhões de euros.

A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

	Julho 2012	
	SFA	EPR
	execução mensal	execução mensal
QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (julho)	€ Milhares	
Receita corrente	30.667,7	3.756,2
Impostos diretos	62,1	0,0
Impostos indiretos	5,0	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	30.600,6	3.756,2
Transferências correntes	30.059,7	-1.570,2
Receita de capital	2.067,5	2.723,4
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	2.059,4	2.723,4
Receita efetiva	32.735,2	6.479,6
Despesa corrente	31.450,0	960,5
Consumo público	15.164,8	1.924,6
Despesas com o pessoal	2.088,6	750,3
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	13.076,2	1.174,3
Subsídios	2.031,0	0,0
Juros e outros encargos	730,7	404,4
Transferências correntes	13.523,5	-1.368,5
Despesa de capital	1.531,3	2.074,1
Investimento	77,1	2.074,1
Transferências de capital	1.454,2	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	32.981,3	3.034,6
Saldo global	-246,1	3.445,0

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O QUADRO XIII apresenta os saldos mensais e acumulados dos subsetores do Governo Regional, SFA, e EPR, em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

	QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR			
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	Julho 2012	jan - julho 2012	Julho 2012	jan - julho 2012
Saldo global	-24.976,2	-106.370,8	-21.531,2	-115.201,1
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-27.709,6	-118.547,1	-24.913,8	-123.676,5
Despesa corrente primária	76.132,5	555.708,3	78.235,5	570.151,7
Saldo corrente primário	-13.476,3	-82.521,5	-10.276,1	-78.794,0
Saldo de capital	2.733,4	12.176,3	3.382,7	8.475,4
Despesa primária	83.995,3	599.119,8	88.172,4	619.991,0
Saldo primário	-10.742,9	-70.345,3	-6.893,5	-70.318,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

- ◆ No que ao saldo corrente diz respeito, verifica-se um agravamento do saldo (GR+SFA), em termos acumulados, que ascende a -118,5 milhões de euros (-27,7 milhões em julho), por contraponto com uma posição positiva do saldo de capital em termos acumulados (12,2 milhões de euros) e em termos mensais (2,7 milhões de euros).
- ◆ Por outro lado, a informação relativa ao

saldo primário (GR+SFA) revela um resultado que ascende a -10,7 milhões de euros em julho, enquanto que em termos acumulados as despesas líquidas dos juros e outros encargos excediam as receitas em 70,3 milhões de euros.

O QUADRO XIV expressa a desagregação por receita e despesa do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	Julho 2012	jan - julho 2012	Julho 2012	jan - julho 2012
Receita corrente	62.656,2	473.186,8	67.959,4	491.357,7
Impostos diretos	12.866,0	112.060,2	12.866,0	112.060,2
Impostos indiretos	30.943,7	207.993,2	30.943,7	207.993,2
Contribuições de Segurança Social	449,4	3.026,2	449,4	3.026,2
Outras receitas correntes	18.397,2	150.107,2	23.700,4	168.278,2
Transferências correntes	14.528,9	124.907,2	14.505,7	125.245,5
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	12.946,0	115.054,7	12.922,7	115.390,8
Receita de capital	10.596,1	55.587,8	13.319,6	58.314,7
Venda de bens de investimento	0,0	142,2	0,0	142,2
Transferências capital	10.568,7	55.027,6	13.292,2	57.751,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	8.333,3	30.614,9	8.333,3	30.614,9
Receita efetiva	73.252,4	528.774,5	81.279,0	549.672,4
Despesa corrente	90.365,8	591.733,8	92.873,2	615.034,3
Consumo público	49.543,3	372.367,9	51.467,9	382.581,2
Despesas com o pessoal	27.010,1	191.334,0	27.760,4	196.581,0
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	22.533,1	181.033,9	23.707,4	186.000,2
Subsídios	6.266,5	9.732,9	6.266,5	9.732,9
Juros e outros encargos	14.233,3	36.025,6	14.637,7	44.882,6
Transferências correntes	20.322,8	173.607,5	20.501,2	177.837,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	63,5	199,2	63,5	199,2
Despesa de capital	7.862,8	43.411,5	9.936,9	49.839,3
Investimento	2.168,6	19.019,8	4.242,7	25.431,1
Transferências de capital	5.694,2	24.391,7	5.694,2	24.408,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	822,6	4.041,1	822,6	4.041,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	98.228,6	635.145,3	102.810,1	664.873,5

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

- ◆ Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada entre janeiro e julho de 2012 foi de 491,4 milhões de euros e a despesa da mesma natureza de 615 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 58,3 milhões de euros enquanto a despesa atingiu os 49,8 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, atingiu os 549,7 milhões de euros.

4. Dívida não financeira da Administração Regional

- ♦ O Passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de julho de 2012 ascendia a 2.573,2 milhões de euros, dos quais, 76,2% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 21,2% do montante do Passivo verificado;
- ♦ Os pagamentos em atraso apurados para os primeiros sete meses de 2012 correspondem a 1.293,4 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (60,7%) e aos SFA (35,1%);
- ♦ Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de Bens de Capital representar 46,8% do total do Passivo e 40,4% dos pagamentos em atraso;
- ♦ Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no que à dívida não financeira diz respeito.

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de Julho de 2012 (valores acumulados) € milhares

Total	Julho de 2012			Variação janeiro a julho		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	1.258.875,50	857.123,64	731.827,45	-1,84%	-3,30%	8,28%
Despesas com Pessoal	5.732,35	2.782,84	91,49	130,07%	29,26%	457,66%
Aquisições de Bens e Serviços	420.919,26	419.194,72	382.328,68	-4,30%	-4,67%	3,47%
Juros e outros encargos	399.311,44	55.583,88	36.829,77	0,86%	16,08%	29,36%
Transferências Correntes	383.088,39	371.141,45	304.714,54	-1,69%	-2,10%	12,96%
Subsídios	48.711,23	7.308,24	6.815,82	-4,79%	-48,30%	-4,25%
Outras Despesas Correntes	1.112,83	1.112,51	1.047,15	-67,38%	-67,39%	3,89%
Despesas de Capital	1.314.298,97	1.173.139,02	561.527,61	5,95%	-0,13%	25,93%
Aquisições de Bens de Capital	1.203.536,90	1.126.676,89	522.995,58	5,65%	-1,01%	23,77%
Transferências de Capital	110.762,07	46.462,13	38.532,03	9,36%	27,41%	65,22%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.573.174,47	2.030.262,66	1.293.355,06	1,99%	-1,49%	15,30%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de Julho de 2012 (valores acumulados) € milhares

Governo Regional	Julho de 2012			Variação janeiro a julho		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	698.760,23	320.376,44	266.251,88	1,46%	4,50%	15,06%
Despesas de Capital	1.261.266,06	1.120.478,62	518.916,84	11,75%	-0,72%	24,94%
Total	1.960.026,29	1.440.855,05	785.168,71	7,85%	0,39%	21,40%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de Julho de 2012 (valores acumulados) € milhares

Serviços e Fundos Autónomos	Julho de 2012			Variação janeiro a julho		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	534.977,46	512.186,54	447.347,12	-6,48%	-8,77%	3,67%
Despesas de Capital	11.498,11	11.130,66	6.098,78	-84,67%	9,28%	11,46%
Total	546.475,57	523.317,20	453.445,90	-15,54%	-8,45%	3,76%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

23

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Empresas Públicas Reclassificadas, no final de Julho de 2012 (valores acumulados) € milhares

Empresas Públicas Reclassificadas	Julho de 2012			Variação janeiro a julho		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	25.137,82	24.560,66	18.228,46	15,75%	33,56%	40,82%
Despesas de Capital	41.534,79	41.529,74	36.511,99	12,92%	15,95%	45,55%
Total	66.672,61	66.090,40	54.740,45	13,97%	21,93%	43,94%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ De referir que em julho os valores afetos ao IDRAM passaram a figurar no mapa do GR devido à extinção do serviço autónomo e integração do mesmo nos serviços da Secretaria Regional de Educação e Recursos Humanos. Consequentemente, esta alteração teve um impacto negativo nos Passivos – no stock final de julho – do GR e positivo nos SFA, no montante de 113,1 milhões de euros.

5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do DL n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- * As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- * As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a

pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- * Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescentado aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS